

Agostinho Luís da Silva Cruz

Unidade Curricular de
Literacia em Saúde e Ambiente

Relatório elaborado nos termos da alínea b) do artigo 5º do
Decreto-Lei nº239/2007 de 19 de junho

Candidatura ao Título de Agregado em **Ecologia e Saúde Ambiental**

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2019

"A ecologia deve estar inscrita no ADN de tudo o que fazemos diariamente e ainda não entrou nos costumes."

Yann Arthus Bertrand

"A Promoção e Educação para a Saúde (PES) em meio escolar é um processo contínuo que visa o desenvolvimento de competências das crianças e dos jovens, permitindo-lhes confrontarem-se positivamente consigo próprios, construir um projeto de vida e serem capazes de fazer escolhas individuais, conscientes e responsáveis. A promoção da educação para a saúde na escola tem, também, como missão criar ambientes facilitadores dessas escolhas e estimular o espírito crítico para o exercício de uma cidadania ativa."

Protocolo assinado entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, 2014. *In* Ministério da Educação – Direção-Geral da Educação & Direção-Geral da Saúde (Ed.). (2017).

ÍNDICE

Capítulo I: Introdução	1
1.1 Considerações gerais e justificação da escolha	1
1.2 Objetivos do relatório	4
1.3 Organização do relatório	5
Capítulo II: A unidade curricular de “Literacia em Saúde e Ambiente”	6
2.1 Destinatários e enquadramento da unidade curricular	6
2.2 Objetivos, estrutura programática e competências	8
2.3 Bibliografia	11
2.4 Metodologias de ensino e avaliação	14
2.4.1. Metodologia de ensino	14
2.4.2. Avaliação	14
Capítulo III: Notas Finais	16
Bibliografia	18

Capítulo I: Introdução

1.1. Considerações gerais e justificação da escolha

A publicação do Decreto-Lei nº 207/2009, alterou o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, designadamente ao criar uma nova categoria no topo da carreira, a de professor coordenador principal, para acesso à qual é exigida a titularidade do grau de doutor há mais de cinco anos e o título de agregado. O Decreto-Lei nº239/2007, de 19 de junho, aprovou o regime jurídico do título académico de agregado, onde se prevê, no seu Artigo 5ª, que as provas de agregação são públicas e compreendem, também, a apresentação, apreciação e discussão de um relatório sobre uma unidade curricular, grupo de unidades curriculares, ou ciclo de estudos, no âmbito do ramo do conhecimento ou especialidade em que são prestadas as provas. Este Relatório constitui então parte dos elementos apresentados para a obtenção do referido Título.

No decurso da minha atividade profissional, foi sempre uma constante a importância dada ao desenvolvimento de atividades na comunidade com o envolvimento dos estudantes, quer integrando atividades desenvolvidas no âmbito de unidades curriculares, quer em ações desenvolvidas em resposta a reptos de instituições externas de natureza diversa, mas sempre com enfoque destinado a promover a literacia em saúde e ambiente, muito em particular no ecossistema Escola.

Na sequência dessas atividades fui constatando não só do interesse, mas também da necessidade dos vários interlocutores em se contribuir para promover o aprofundar de conhecimentos e competências em torno de temáticas diversificadas, mas que se agregavam em duas grandes áreas do conhecimento, a da saúde e a do ambiente. Não posso deixar de referir que sendo a interação fantástica junto dos estudantes, ela estendia-se com a mesma efusividade aos professores, aos encarregados de educação e mesmo aos funcionários não docentes daquelas escolas. O conceito dinâmico de Escola, onde a par do trabalho de transmissão de conhecimentos organizados em unidades curriculares, a escola deve, também, educar para os valores, promover a saúde, a formação e a participação cívica dos estudantes, num processo de aquisição de competências que sustentam as aprendizagens ao longo da vida e promovem a autonomia (Despacho nº 12.045/2006), é não só uma realidade constatável, como se reflete, em escala diferenciada cada vez mais nas preocupações individual e coletiva.

O Programa Nacional de Saúde Escolar 2004-2010, aprovado por aquele Despacho, definia já que a Escola deveria continuar a ser a grande promotora da saúde, traçando quatro áreas

prioritárias de entre as quais, permito-me destacar, a promoção de Estilos de Vida Saudáveis, que incluía, entre os oito eixos traçados, o do Ambiente e Saúde. Há que reconhecer a timidez da presença e, por conseguinte, da pouca importância dada à interface Ambiente - Saúde, apesar do inquestionável reconhecimento do impacto que o ambiente tem na saúde (ou na falta dela) quando aquele enferma na qualidade.

O Referencial atual de Educação para a Saúde (Ministério da Educação – Direção-Geral da Educação & Direção-Geral da Saúde, 2017), de forma estranha, praticamente exclui a esfera ambiental e da Educação Ambiental do âmbito da Saúde Escolar! Limita-o a um tópico (Valorizar a importância da proteção e preservação do ambiente), dentro do Objetivo “Adotar o sentido de pertença individual e social”, do Sub tema “Pertença”, do Tema “Saúde mental e prevenção da violência”. Sendo o Referencial da responsabilidade conjunta dos Ministérios da Educação (DGE) e da Direção Geral da Saúde (DGS), a opção pode resultar de um eventual isolamento do Ministério do Ambiente que se reflete numa falta de presença de matérias relevantes de carácter ambiental com influência clara na saúde humana, entenda-se em oposição a uma opção mais colaborativa e integradora.

Numa esfera global, a Organização Mundial de Saúde, definia já em 1999, Escola Promotora de Saúde como aquela que incluía a educação para a saúde no currículo e possuía atividades de saúde escolar (OMS, 1999). Em Portugal, a existência de uma rede de Escolas Promotoras de Saúde é uma realidade, integrando Portugal a Rede Europeia de Escolas Promotoras da Saúde desde 1995 (DGES, 2018). Paralelamente, mas de uma forma bastante menos pronunciada e organizada, o ambiente, a educação ambiental e a importância da relação ambiente – saúde tem vindo a estar presente na formação ministrada nas nossas escolas, mas com uma pegada claramente menos marcada. Permito-me destacar o Programa Eco-Escolas, pela sua importância e amplitude de conhecimento e adesão generalizada. Enquanto programa internacional da “Foundation for Environmental Education”, desenvolvido em Portugal desde 1996 pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), que tem como principal objetivo encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade (ABAE, nd). A ABAE, é uma Organização Não-Governamental de Ambiente (ONGA), sem fins lucrativos, dedicada à educação para o desenvolvimento sustentável e à gestão e reconhecimento de boas práticas ambientais, que faz parte da Fundação para a Educação Ambiental (FEE), a qual agrupa entidades internacionais que, em conjunto, promovem atividades de educação ambiental para a sustentabilidade, oriundas de mais de 60 países (ABAE, nd). A última grande iniciativa em fase crescente de implementação, é o Eco-freguesias XXI que inclui o Eco-famílias XXI. O projeto Eco-freguesias XXI, visa incrementar o

desenvolvimento sustentável à escala local procurando envolver os cidadãos em geral, e os dirigentes das juntas de freguesias em particular, na construção de uma sustentabilidade participada. Já o Eco-famílias XXI surge da necessidade de criar estratégias para uma maior sensibilização e participação das pessoas nas questões relativas à sustentabilidade da freguesia. Esta atividade visa principalmente envolver e informar as famílias, chamando a atenção para a importância dos comportamentos de cada um no dia-a-dia na construção da sustentabilidade da sua comunidade.

Apesar de algumas referências, e de se considerar o pioneirismo de Portugal em matéria de preocupações ambientais (Ministério da Educação, 2018), era consensual que se tornava necessário fazer algo mais na área da Educação Ambiental, quando se estabelecia uma analogia com o historial da Educação para a Saúde. A este propósito, Câmara e colaboradores (2014) referem da urgência em educar para o ambiente, em formar cidadãos informados e conscientes, que sintam o impacto das suas atitudes quotidianas no meio ambiente. Referem ainda, da importância do incremento da literacia ambiental através do ensino formal, independentemente do valor que a educação familiar e o sistema de valores familiar têm sobre as atitudes pessoais. No estudo que realizaram numa escola básica e secundária, observaram da associação do nível de Literacia Ambiental dos docentes com o número e qualidade de Atividades de Educação Ambiental (AEA) dinamizadas nas escolas e conseqüentemente, com o nível de Literacia Ambiental dos alunos. Concluíram da necessidade de investir na formação ambiental dos professores, preparando-os para que assumam, ainda que pontualmente, a função de educadores ambientais, através do aumento da sua Literacia nesta área, para que possam melhor formar e preparar os alunos em direção a uma elevada Literacia Ambiental e a uma cidadania interventiva. Tal entendimento têm também Marques *et al.* (2014), acentuando que o lugar privilegiado para o desenvolvimento de competências continua a ser a escola, mas chamam a atenção para o grande desafio que se lhe coloca: “como desenvolver a literacia ambiental dos seus alunos? Como contribuir para a divulgação e aplicação de práticas de ensino e de aprendizagem que sejam inovadoras e adequada às exigências de um programa que promova a literacia ambiental dos seus alunos?”.

Assim, foi visível a satisfação quando se tornou público, em abril de 2018, o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade - Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e Ensino Secundário (Ministério da Educação, 2018). Todavia e do ponto de vista estritamente pessoal, saliento a necessidade de trabalho afincado para dinamizar matérias centradas no interface entre Saúde e Ambiente, exigindo-se maior articulação entre profissionais de ambas as áreas, isto apesar de se reconhecer da dificuldade muitas vezes resultante de ambos desenvolverem

atividade em esferas físicas, normalmente, não sobreponíveis e da terminologia muito diversa, utilizada por ambas.

Não se pode, nem se deve deixar de ter presente o Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, onde foi homologado o Perfil dos Alunos (PA) à Saída da Escolaridade Obrigatória. Neste documento, um dos 8 princípios apresentados é a Sustentabilidade, constituindo-se a Cidadania e Participação um dos cinco valores e o Bem-estar, Saúde e Ambiente uma das 10 áreas de competências.

Apesar da riqueza e diversidade de atividades desenvolvidas nas Escolas do 1ºCiclo do Ensino Básico e no Ensino Pré-Escolar, somos de parecer que à interface saúde-ambiente deveria ser dada mais atenção, nascendo dessa perceção a proposta que se apresenta neste Relatório. Considera-se assim, e é semelhança do já defendido por Carvalho & Jourdan (2014), que um incremento na capacitação dos professores em termos de literacia em saúde (acrescentamos nós o ambiente), constitui um contributo significativo para que estes, junto dos encarregados de educação e dos funcionários das escolas, e em particular, junto dos seus alunos, possam contribuir para uma maior capacitação nestas áreas de modo a serem capazes de gerir todo um conjunto de determinantes de saúde ao nível pessoal, social e ambiental, através de um conjunto de boas práticas de promoção da saúde e da melhoria do meio ambiente, resultando um contributo que consideramos decisivo para a cidadania.

O Relatório que se apresenta resulta assim de uma reflexão ponderada e cuidada sobre o contributo, que se crê válido e necessário, que pode resultar num incremento da literacia em saúde e ambiente junto dos professores do 1º ciclo do ensino básico e educadores de infância e do “efeito dominó” que tal poderia representar não só junto dos alunos e encarregados de educação e dos funcionários, como junto das respetivas famílias e da sociedade em geral.

1.2. Objetivos do relatório

Conforme preconizado na b) do artigo 5ª do Decreto-Lei nº239/2007, de 19 de junho, que aprovou o regime jurídico do título académico de agregado, verifica-se a obrigatoriedade da elaboração e entrega de um Relatório sobre uma unidade curricular, grupo de unidades curriculares, ou ciclo de estudos, no âmbito do ramo do conhecimento ou especialidade em que são prestadas as provas.

Isabel Loureiro (2015) refere que a literacia em saúde traduz a capacidade de usar as competências de aceder, compreender e avaliar a informação em saúde, aplicando-as no dia-a-

dia para a tomada de decisão em diferentes contextos, tendo em conta as escolhas possíveis, incluindo, também, a capacidade de participar na defesa e na governança para a saúde. As mesmas opiniões têm Pereira (2000) e Marques *et al.* (2014) relativamente ao Ambiente e à Educação Ambiental. Todavia, ambos pecam por não serem mais ambiciosos e ao não interligarem/articularem/explorarem as sinergias entre literacia em Saúde e Ambiente, uma vez que se entende que a amplitude do todo é muito maior do que a soma das partes.

É naquele pressuposto, que é apresentada uma proposta de uma unidade curricular de “Literacia em Saúde e Ambiente”, passível de ser integrada num Plano de Formação complementar na área da Educação Pré-Escolar e do Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico (pós-graduação ou mestrado) destinado a profissionais da área da educação, no sentido de os melhor capacitar a intervir em atividades de Educação para a Saúde e Ambiente, em contexto educativo, naquela área, contribuindo assim, de uma forma mais objetiva e incisiva, para a promoção da literacia em saúde e ambiente, com particular enfoque na articulação entre ambas as áreas.

Estamos assim convictos de que a integração de uma unidade curricular deste tipo num plano de formação dos professores do ensino pré-escolar e do 1ºciclo do ensino básico representará um acréscimo de valor para as crianças que frequentam as nossas escolas.

Acreditamos, assim, ter no futuro uma população mais informada e com maior capacidade para livremente fazer as melhores escolhas, com base na melhor evidência aplicada a cada caso, contribuindo para uma efetiva prevenção no contexto dos cuidados médicos e de saúde, e maior assertividade colaborativa nas políticas ambientais traçadas.

1.3. Organização do relatório

O relatório que a seguir se apresenta encontra-se estruturado em três partes: na primeira parte, “Introdução”, tecem-se considerações gerais sobre o relatório apresentado e apresenta-se a justificação da para a sua apresentação. Na segunda parte, “A Unidade Curricular de “Literacia em Saúde e Ambiente”, procede-se ao enquadramento da unidade curricular identificando-se o propósito da sua apresentação e os destinatários. Listam-se os objetivos e conteúdos programáticos, identificando-se a sua articulação, e apresentam-se as competências que os estudantes deveram demonstrar no final da Unidade. Apresenta-se ainda a planificação com indicação da bibliografia de apoio à unidade curricular e a metodologia de ensino e avaliação.

Na terceira parte, “Notas finais”, apresenta-se uma última reflexão sobre a pertinência da Unidade Curricular proposta.

Capítulo II: A unidade curricular de “Literacia em Saúde e Ambiente”

2.1. Destinatários e enquadramento da Unidade Curricular

A unidade curricular tratada neste Relatório, representa uma proposta passível de ser integrada num mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, como unidade obrigatória (preferencialmente) ou optativa.

A última alteração ao regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário foi aprovado pelo Decreto-Lei nº79/2014, de 14 de maio. Este diploma mantém o modelo de formação sequencial organizado em dois ciclos de estudo. Ao primeiro, a licenciatura, compete assegurar a formação de base na área da docência. Ao segundo ciclo compete assegurar um complemento daquela formação. Cabe igualmente a este ciclo assegurar a formação educacional geral, a formação nas didáticas específicas da área da docência, a formação nas áreas cultural, social e ética e a iniciação à prática profissional (Decreto-Lei 79/2014). Seria precisamente na componente de formação na área cultural, social e ética que se pretenderia ver integrada a Unidade que se propõe. No Artigo 12º do Decreto-Lei n.º 79/2014 de 14 de maio, é referido que aquela área abrange, nomeadamente: a) **A sensibilização para os grandes problemas do mundo contemporâneo**, incluindo os valores fundamentais da Constituição da República, da liberdade de expressão e de religião, e do respeito pelas minorias étnicas e pelos valores da igualdade de género; já na b) do mesmo é referida a preocupação do **alargamento a áreas do conhecimento**, da cultura, incluindo a cultura científica, das artes e das humanidades, **diferentes das da sua área de docência**. Todavia é referido que a formação na área cultural, social e ética é assegurada no âmbito das restantes componentes de formação. Assim, a opção mais correta será enquadrar a Unidade Curricular proposta na componente de formação relativa à **área da docência**, uma vez que está preconizado que num segundo ciclo deverá ser assegurado um complemento daquela formação. Refere ainda o Decreto-Lei 79/2014, no seu Artigo 8º: “... 1 - A formação na área de docência **visa complementar, reforçar e aprofundar a formação académica**, incidindo sobre os conhecimentos necessários à docência nas áreas de conteúdo e nas disciplinas abrangidas pelo grupo de recrutamento. 2 - A formação na área de docência inclui o aprofundamento do conhecimento das matérias relacionadas com a educação pré-escolar e com as áreas de docência, **incidindo sobre a sua fundamentação avançada**, mesmo quando sejam matérias elementares.”.

Parece-nos suficiente, que quanto à dimensão a **área de docência**, ao ter que lhe ser atribuído um mínimo de 18 créditos ECTS, não terá dificuldade em acomodar a unidade proposta que representa apenas 3ECTS.

Os ciclos de estudo onde se propõe ser integrada esta Unidade Curricular, têm a duração de quatro semestres (120 ECTS). Tal como é referido no portal da ESE/IPP, onde é publicitado um exemplo de um curso onde esta Unidade pode ser integrada (consultado a 21 de outubro de 2018), "... o curso tem como objetivos de formação: fomentar o desenvolvimento de competências heurísticas, necessárias à ação educativa, e potenciadoras da construção do saber, saber fazer, saber ser e **saber transformar**; proporcionar a construção de conhecimentos culturais, científicos, técnicos e pedagógicos, numa perspetiva de desenvolvimento profissional e pessoal; potenciar o desenvolvimento de competências investigativas, como estratégia de desenvolvimento do saber profissional; promover a consciencialização dos papéis e funções que configuram os níveis de autonomia dos futuros Educadores/as de Infância e Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, nos diferentes contextos sociais; **fomentar a construção de conhecimento para conceber, desenvolver e avaliar projetos educativos e curriculares nos campos da ação**; promover desenvolvimento de processos de autoanálise necessários à reformulação do pensamento e da ação docente."

Uma análise aos planos de estudo das licenciaturas em Educação Básica e dos mestrados em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, disponíveis nos sítios das várias instituições de ensino superior nacionais, revela grande heterogeneidade no que respeita à existência e/ou localização de unidades curriculares relacionadas com ambiente e saúde e em nenhum (dos disponíveis) foi identificada uma abordagem articulada entre ambiente e saúde.

Não reiteramos o plasmado no enquadramento inicial deste Relatório sobre a importância do Tema e a pertinência da unidade curricular, mas não podemos deixar de referir os resultados de um inquérito desenvolvido pelo Fórum Económico Mundial junto de mais de 24000 jovens da "Geração Smartphone", pertencentes a 186 países. Quando questionados sobre quais os problemas que consideravam prioritários a nível mundial, 48,8% identificaram as alterações climáticas/destruição dos recursos naturais (World Economic Forum, 2017). A própria OMS tem produzidos relatórios com recomendações destinadas a mitigar e prevenir o efeito para a saúde das alterações climáticas (WHO, 2015)

Desta forma, entendemos por demais evidente a pertinência da inclusão desta unidade curricular num mestrado destinado a professores do 1º ciclo do ensino básico e do pré-escolar tendo em conta que os estudantes desta UC serão futuros agentes responsáveis por

implementar intervenções educativas, constituindo-se como agente participativo na mudança de comportamentos e atitudes.

2.2. Objetivos, estrutura programática e competências

Na Tabela 1 encontram-se descritos os objetivos da unidade curricular, bem como o programa proposto e distribuição dos tempos letivos com respetiva tipologia e carga horária. São ainda apresentadas as competências que se prevê serem alcançadas no final da unidade curricular, tendo presente que objetivo genérico da unidade proposta, é que os estudantes em causa, futuros professores das escolas do 1º ciclo do ensino básico e do ensino pré-escolar, se tornem mais capacitados para desenvolver estratégias tendentes a incrementar os níveis de literacia em saúde e ambiente dos seus estudantes em particular e de todos os agentes intervenientes no ecossistema escola, em geral.

Tabela 1 – A unidade curricular de Literacia em Saúde e Ambiente – objetivos, estrutura programática e competências

Objetivos	Conteúdos	Carga horária (h)	Tipologia da aula	Competências
1. Discutir conceitos subjacentes à educação para a saúde e ambiente tendo presente a sua evolução e o contexto escola;	i) Saúde e Ambiente em meio escolar (abordagem ao percurso histórico tido nas nossas escolas e à importância dada ao tema. Os exemplos do Programa Nacional de Saúde Escolar - 2006, do Referencial de Educação para a Saúde de 2017, do Programa Eco-Escolas, do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário. ...). Contribui para serem cumpridos os objetivos 1,2,3.	2	S	a) Reconhece a importância da dinamização de programas integrados de intervenção no âmbito da prevenção, proteção e promoção da saúde e ambiente em contexto escolar;
2. Reconhecer a importância da literacia (em saúde e ambiente) no exercício da cidadania.	ii) Determinantes da Saúde (abordagem genérica aos determinantes da saúde com particular enfoque nos ambientais – habitat, qualidade do ar, qualidade da água, ambiente social). Contribui para serem cumpridos os objetivos 1,2,3,4.	1	S	b) Analisa modelos e estruturas conceptuais do âmbito da promoção e educação para a saúde e ambiente;
3. Identificar as articulações entre informação e comunicação entre saúde e ambiente e a promoção da saúde dos indivíduos, grupos e comunidades numa relação estreita com o ambiente;	iii) Abordagem conceptual e epidemiológica das literacias em saúde e ambiental (serão discutidos os conceitos de literacia individual, distribuída, das instituições e dos profissionais e abordada a situação da epidemiologia em saúde e ambiental). Contribui para serem cumpridos os objetivos 1,2,3,4,5.	1	S	c) Reconhece e utiliza a informação em saúde e ambiente adequada às características dos grupos e comunidades com que lida (particularmente crianças, pais/encarregados de educação e funcionários das escolas);
4. Analisar o processo de capacitação em saúde e ambiente de indivíduos, grupos e comunidades	iv) Fontes de informação sobre saúde e ambiente (identificação de algumas fontes de informação sobre saúde e ambiente e a importância da capacitação do utilizador para uma seleção criteriosa). Contribui para serem cumpridos os objetivos 3,4,5.	1 + 2	S + P	d) Colabora na conceção de instrumentos inovadores e adequados, destinados à disseminação integrada da informação em saúde e ambiente;
5. Reconhecer a importância do papel do professor como agente participativo na mudança de comportamentos e atitudes	v) Literacia em saúde versus literacia ambiental (partindo de dois conceitos individualizados, serão abordados aspetos tidos como mais-valias resultantes de uma abordagem integrada do que pode ser lido como interface entre a saúde e ambiente). Contribui para serem cumpridos os objetivos 1,2,3,4.	1	S	e) Colabora na definição e implementação de estratégias que promovam a procura de informação integrada em saúde e ambiente pelas comunidades.

6. Conceber instrumentos e estratégias de promoção da literacia em saúde e ambiente centradas no ecossistema Escola	vi) Barreiras e obstáculos – diferentes perspetivas (pretende focar a importância do contributo da literacia para minimizar as dificuldades existentes no que respeita à informação em saúde e ambiente revelada pelos diferentes interlocutores, crianças e Encarregados de Educação, e o papel que os Professores podem desempenhar). Contribui para serem cumpridos os objetivos 4,5.	1	S	f) Dinamiza atividades no âmbito da literacia em saúde e ambiente em contexto escolar.
	vii) O papel das instituições e dos profissionais ligados à educação, saúde e ao ambiente na melhoria da literacia nestas áreas (pretende-se abordar exemplos de estratégias em desenvolvimento por entidades ligadas à educação, saúde e ao ambiente e discutir hipóteses de temas a abordar e da criação de redes que possam integrar o ecossistema escola). Contribui para serem cumpridos os objetivos 4,5,6.	2	S	
	viii) O contributo dos professores (seminários, painéis de debate/mesas redondas, envolvendo profissionais de saúde e do ambiente, onde se discutam problemas e hipóteses/estratégias passíveis de serem implementadas nas escolas e a importância do trabalho em rede, seguido de trabalho de grupo centrado na temática abordada e na resolução de um problema apresentado). Contribui para serem cumpridos os objetivos 4, 5,6.	4 4 8	S O P	
	ix) Realização e apresentação de uma proposta de atividade realizada em grupo, destinada a promover a literacia em saúde e ambiente. Contribui para serem cumpridos os objetivos 5,6.	3	P	
	Total	30	S – 13h P – 13h O – 4h	ECTS - 3

h – horas; S – seminário, P – prática, O – Outra tipologia.

2.3. Bibliografia

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa (nd). Consultado em 25 outubro de 2018. Disponível em <https://abae.pt>.

Câmara, R., Santos, P. & Azeiteiro, U. (2014). Literacia ambiental da comunidade docente da Escola Básica e Secundária de Santa Maria – Ilha de Santa Maria, Açores. *Captar*, 5(1), 39-51 [Online]. ISSN 1647-323X. Consultado a 25 de outubro de 2018. Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3602/1/CAPTAR2014_LA_StaMariaAzores.pdf.

Carvalho, G. S. & Jourdan, D. (2014). Literacia em Saúde: a importância dos contextos sociais. *In*: Júnior C., Júnior, A. & Corazza, M. (Org.). Ensino de ciências: múltiplas perspectivas, diferentes olhares. Curitiba: Editora CRV. Pp99-122 (ISBN: 978-85-444-0028-9).

Couto, A., Kleinpaul, W., Borfe, L., Vargas, S., Pohl, H., & Krug, S. (2016). O ambiente escolar e as ações de promoção da saúde. *Cinergis*, 17. Consultado a 7 de setembro de 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v17i0.8150>

Espanha, R. & Ávila, P. (2016). Health Literacy Survey Portugal: A Contribution for the Knowledge on Health and Communications. *Procedia Computer Science*, 100, 1033-1041. Consultado em 24 de outubro de 2018. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2016.09.277>.

Freedman, D., Bess, K., Tucker, H., Boyd, D., Tuchman, A. & Wallston, K. (2009). Public health literacy defined. *Am J Prev Med*, 36(5), 446-451.

Guzys, D., Kenny, A., Dickson-Swift, V., & Threlkeld, G. (2015). A critical review of population health literacy assessment. *BMC Public Health*, 15, 215. Consultado em 11 de novembro de 2018. Disponível em <http://doi.org/10.1186/s12889-015-1551-6>.

Lervolino, S. A. & Pelicioni, M. C. F. (2005). Capacitação de professores para a promoção e educação em saúde na escola: relato de uma experiência. *Journal of Human Growth and Development*, 15(2), 99-110. Consultado a 7 de setembro de 2018. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000200011&lng=pt&tlng=pt

Loureiro, I. (2015). A literacia em saúde, as políticas e a participação do cidadão. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 33(1), 1. Consultado em 24 de outubro de 2018. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2015.05.001>.

Marques, L, Azeiteiro, U. & Santos, P. (2014). A literacia ambiental em Professores da Escola Secundária com 3ºciclo de Gondomar. *Captar 5(1)*, 70-82.

Ministério da Educação – Direção-Geral da Educação & Direção-Geral da Saúde (Ed.). (2017). *Referencial de Educação para a Saúde*. ISBN 978-972-742-414-6. Consultado em 29 setembro 2018. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esauade/referencial_educacao_saude_novo.pdf

Ministério da Educação. (2018). *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. ISBN: 978-972-742-421-4. Consultado em 25 de outubro de 2018. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ref_sustentabilidade.pdf

Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2004 – 2010. Vol. 1. Prioridades e Vol. II Orientações Estratégicas. Consultado em 29 setembro 2018. Disponível em <http://1nj5ms2lli5hdggbe3mm7ms5.wpengine.netdna-cdn.com/files/2015/08/Volume-1-Prioridades.pdf>.

Nunes, E. (2010). Literacia, Capacitação e Participação, condições para o pleno exercício da cidadania em saúde. Consultado a 31 de maio de 2011. Disponível em de http://www.acss.min-saude.pt/files/2010/03/Cidadania_EmiliaNunes.pdf

Peerson, A. & Saunders, M. (2009). Health literacy revisited: what do we mean and why does it matter?. *Health Promot Int*, 24(3):285-296.

Pereira (2000). *Promoção da saúde na educação pré-escolar – concepções e práticas das educadoras de infância em educação para a saúde*. Dissertação para obtenção do grau de mestre, Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Sorensen, K., Van den Broucke, S., Fullam, J., Doyle, G., Pelikan, J., Slonska, Z., Brand, H. & (HLS-EU) Consortium Health Literacy Project European. (2012). Health literacy and public health: A systematic review and integration of definitions and models. *BMC Public Health*, 12, 80. Consultado em 11 de novembro de 2018. Disponível em <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/12/80>.

Sykes, S., Wills, J., Rowlands, G., & Popple, K. (2013). Understanding critical health literacy: a concept analysis. *BMC Public Health*, 13, 150. Consultado em 11 de novembro de 2018. Disponível em <http://doi.org/10.1186/1471-2458-13-150>.

2.4. Metodologias de ensino e avaliação

2.4.1. Metodologia de ensino

Serão adotadas metodologias ativas e participativas, centradas essencialmente nos interesses dos estudantes. Tais metodologias traduzir-se-ão na utilização de técnicas de partilha de informação, de debate e clarificação de opiniões, de valores e de atitudes e técnicas de treino de competências.

Para tal, as sessões teórico-práticas e sessões práticas serão baseadas em casos-problema, complementadas por trabalhos de grupo orientados. Os trabalhos de grupo serão definidos em torno de temas de educação para a saúde e ambiente, que envolva situações de problemas reais. A proposta de projeto a implementar, destinado a promover o acréscimo da literacia em saúde e ambiente numa Escola, deve envolver além dos estudantes, encarregados de educação, professores, profissionais da área da saúde e ambiente e, eventual, uma proposta de rede de parcerias que garantam dar continuidade no tempo ao projeto.

Algumas das sessões práticas e teórico-práticas contarão com a colaboração de convidados especialistas nas situações em estudo, procurando explorar a interface saúde e ambiente.

2.4.2. Avaliação

O estudante dispõe de duas opções para realizar a avaliação: a) a avaliação distribuída (AD) e b) a avaliação final (AF);

Modalidades de Avaliação

a) Avaliação Distribuída (AD)

Componente teórica: realização de um teste escrito (TE);

Componente prática: realização de 2 relatórios (RA) sobre problemas alvo de debate em trabalho de grupo; realização de uma proposta de projeto (PA) e sua apresentação, passível de ser implementado em contexto real.

b) Avaliação Final (AF)

Componente teórica: realização na respetiva época de avaliação de um teste escrito (TE);

Componente prática: entrega e apresentação de uma proposta de projeto (PA), passível de ser implementada em contexto real.

São condições necessárias à aprovação da Unidade Curricular a realização de todos os elementos de avaliação.

A realização dos 2 relatórios (RA) sobre problemas alvo de debate em trabalho de grupo efetuados durante o semestre são de carácter obrigatório e constituem elementos de condição de acesso à Avaliação Final.

Cálculo da Classificação Final

A Classificação Final (CF) é obtida:

a) Avaliação distribuída (AD)

$$CF = 0,3 \times TE + 0,4 \times RA + 0,3 \times PA$$

b) Avaliação final (AF)

$$CF = 0,3 \times TE + 0,4 \times RA + 0,3 \times PA$$

Todos os elementos de avaliação têm uma classificação mínima de 8,0 valores para permitir aprovação à Unidade Curricular.

Capítulo III: Notas Finais

Ao concluir a elaboração deste Relatório, torna-se relevante reiterar algumas considerações finais.

A primeira relaciona-se com a importância que o tema tem e certamente continuará a ter. O resultado do forte impacto negativo da atividade humana sobre o ambiente ao nível planetário é cada vez mais visível e parece não apresentar tendência decrescente, nomeadamente com as eventuais alterações climáticas já evidentes e o impacto que daí poderá resultar para a saúde individual, das comunidades e de todo o planeta. Paralelamente, novos desafios se colocam em termos de saúde das populações muito como resultado de uma profunda transformação da sociedade como a conhecemos, mais global, mais tecnológica, mas mais informada e exigente, onde cada vez mais dependemos das ações individuais e coletivas a um nível global, e onde a preocupação da educação para a cidadania se encontra cada vez mais presente.

A segunda, relaciona-se com o conhecimento e o acesso ao mesmo por parte de cada indivíduo e da sociedade em geral e as mais-valias que daí advêm para a gestão do percurso e da qualidade de vida de cada indivíduo e da comunidade onde ele se insere. Neste contexto a literacia em saúde e ambiente representam um acréscimo de valor, inquestionável, como é reconhecido por todos aqueles que detêm responsabilidades em estruturas de governação.

A terceira, é inquestionável o papel que os professores e educadores detêm na mudança de comportamentos e atitudes dos seus alunos, contribuindo para o aumento da literacia em saúde e ambiente das crianças. Neste particular é importante que todos compreendamos que, em contexto escolar, educar para a saúde e ambiente consiste em dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que possibilitem capacitar para exercerem controlo sobre os determinantes da saúde individual e coletiva, tendo presente as mais-valias futuras em termos de qualidade de vida e economia de recursos.

Por fim, importa reforçar que a existência de unidades curriculares relacionadas com saúde e ambiente é já uma realidade em muitos dos planos de estudo de licenciaturas e mestrados na área da educação. Todavia, enfermam da opção de, normalmente, constarem como unidades de opção muitas vezes mutuamente exclusiva. A proposta aqui apresentada não carece de ser adotada exatamente como é apresentada mas como mote para provocar reflexões que possam

resultar numa adaptação do muito do que já se observa dando o devido relevo à interface ambiente – saúde ou saúde – ambiente.

BIBLIOGRAFIA

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa (nd). Consultado em 25 outubro de 2018. Disponível em <https://abae.pt>.

Almgre, G.R. (2013). *Health Care Politics, Policy, and Services: A Social Justice Analysis*. New York: Springer Pub. Comp.

Câmara, R., Santos, P. & Azeiteiro, U. (2014). Literacia ambiental da comunidade docente da Escola Básica e Secundária de Santa Maria – Ilha de Santa Maria, Açores. *Captar*, 5(1), 39-51 [Online]. ISSN 1647-323X. Consultado a 25 de outubro de 2018. Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3602/1/CAPTAR2014_LA_StaMariaAzores.pdf.

Carvalho, G. S. & Jourdan, D. (2014). Literacia em Saúde: a importância dos contextos sociais. In: Júnior C., Júnior, A. & Corazza, M. (Org.). *Ensino de ciências: múltiplas perspectivas, diferentes olhares*. Curitiba: Editora CRV. Pp99-122 (ISBN: 978-85-444-0028-9).

Couto, A., Kleinpaul, W., Borfe, L., Vargas, S., Pohl, H., & Krug, S. (2016). O ambiente escolar e as ações de promoção da saúde. *Cinergis*, 17. Consultado a 7 de setembro de 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v17i0.8150>

Cruz, A., Santos, A., Mateus, T., Ramalho, F., Sousa, S. & Madeira de Carvalho, L.. (2012). Avaliação do grau de contaminação ambiental conforme as parasitárias zoonóticas com origem em dejetos caninos em áreas públicas da cidade de Coimbra. *Acta Parasitologica Portuguesa*, 19(1/2), 35-38.

Decreto-Lei nº 79/2014 de 14 de maio. Diário da República nº92 – I Série. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Despacho nº 12045/2006 de 7 de junho. Diário da República nº110 - II Série. Lisboa: Ministério da Saúde.

DGES - Direção Geral de Saúde, Educação para a Saúde www.dge.mec.pt/educacao-para-saude Consultado 11 outubro 2018.

Domingues, B., Xavier, V., & Marcos, T. (2015). Resposta hipertensiva ao esforço: um problema silencioso. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 31(2), 116-20. Consultado em 7 de setembro de 2018. <http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/11466>

Espanha, R & Ávila, P. (2016). Health Literacy Survey Portugal: A Contribution for the Knowledge on Health and Communications. *Procedia Computer Science*, 100, 1033-1041. Consultado em 24 de outubro de 2018. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2016.09.277>.

Ferraz, A. P. & Belhot, R. V.(2010). Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gestão & Produção*, 17(2), 421-431. Consultado em 7 de setembro de 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2010000200015>

Ferreira, P., Lunet, N. & Silva, S. (Org.). (2017). *A informação sobre saúde dos Portugueses. Fontes, conhecimentos e comportamentos*. Associação para Investigação e Desenvolvimento da Faculdade de Medicina. Lisboa. ISBN 978-989-20-6542-7.

Gabani, F. L., Maebara, C. M. & Ferrari, R. A.. (2010). Pediculose nos centros de educação infantil: conhecimentos e práticas dos trabalhadores. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 14(2), 309-317. Consultado em 7 de setembro de 2018. http://eean.edu.br/audiencia_pdf.asp?aid2=541&nomeArquivo=v14n2a14_pt.pdf

Freedman, D., Bess, K., Tucker, H., Boyd, D., Tuchman, A. & Wallston, K. (2009). Public health literacy defined. *Am J Prev Med*, 36(5), 446-451.

Guzys, D., Kenny, A., Dickson-Swift, V., & Threlkeld, G. (2015). A critical review of population health literacy assessment. *BMC Public Health*, 15, 215. Consultado em 11 de novembro de 2018. Disponível em <http://doi.org/10.1186/s12889-015-1551-6>.

Lervolino, S. A. & Pelicioni, M. C. F. (2005). Capacitação de professores para a promoção e educação em saúde na escola: relato de uma experiência. *Journal of Human Growth and Development*, 15(2), 99-110. Consultado a 7 de setembro de 2018. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000200011&lng=pt&tlng=pt

Loureiro, I. (2015). A literacia em saúde, as políticas e a participação do cidadão. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 33(1), 1. Consultado em 24 de outubro de 2018. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2015.05.001>.

Marques, L, Azeiteiro, U. & Santos, P. (2014). A literacia ambiental em Professores da Escola Secundária com 3ºciclo de Gondomar. *Captar* 5(1), 70-82.

Melo, E. M., Ferraz, F. N. & Aleixo, D. L.. (2010). Importância do estudo da prevalência de parasitos intestinais de crianças em idade escolar. *SaBios: Revista Saúde e Biologia*, 5(1), 43-47.

Ministério da Educação – Direção-Geral da Educação & Direção-Geral da Saúde (Ed.). (2017). *Referencial de Educação para a Saúde*. ISBN 978-972-742-414-6. Consultado em 29 setembro 2018. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esaude/referencial_educacao_saude_novo.pdf

Ministério da Educação. (2018). *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. ISBN: 978-972-742-421-4. Consultado em 25 de outubro de 2018. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ref_sustentabilidade.pdf

Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2004 – 2010. Vol. 1. Prioridades e Vol. II Orientações Estratégicas. Consultado em 29 setembro 2018. Disponível em <http://1nj5ms2lli5hdggbe3mm7ms5.wpengine.netdna-cdn.com/files/2015/08/Volume-1-Prioridades.pdf>.

Nunes, E. (2010). Literacia, Capacitação e Participação, condições para o pleno exercício da cidadania em saúde. Consultado a 31 de maio de 2011. Disponível em de http://www.acss.min-saude.pt/files/2010/03/Cidadania_EmiliaNunes.pdf

Pedro, A., Amaral, O. & Escoval, A. (2016). Literacia em saúde, dos dados à ação: tradução, validação e aplicação do European Health Literacy Survey em Portugal. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 34(3), 259-275. Consultado em 24 de outubro de 2018. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2016.07.002>

Peerson, A. & Saunders, M. (2009). Health literacy revisited: what do we mean and why does it matter?. *Health Promot Int*, 24(3):285-296.

Pereira (2000). *Promoção da saúde na educação pré-escolar – concepções e práticas das educadoras de infância em educação para a saúde*. Dissertação para obtenção do grau de mestre, Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Ribeiro, D. F., Correia, B. R., Soares, A. K., Rocha, M. K., Alves, E. R. & Albuquerque, M. C. (2013). Educação e Saúde: Uma ferramenta para a prevenção e controle de parasitoses. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, 11(2), 300-310. Consultado em 7 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v11i2.1134>

Sorensen, K., Van den Broucke, S., Fullam, J., Doyle, G., Pelikan, J., Slonska, Z., Brand, H. & (HLS-EU) Consortium Health Literacy Project European. (2012). Health literacy and public health: A systematic review and integration of definitions and models. *BMC Public Health*, 12, 80. Consultado em 11 de novembro de 2018. Disponível em <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/12/80>.

Serrão, C. (Org.). (2014). Literacia em saúde: um desafio na e para a terceira idade. Projeto Literacia em Saúde. ISBN 978-972-8969-07-3.

Sykes, S., Wills, J., Rowlands, G., & Popple, K. (2013). Understanding critical health literacy: a concept analysis. *BMC Public Health*, 13, 150. Consultado em 11 de novembro de 2018. Disponível em <http://doi.org/10.1186/1471-2458-13-150>.

World Economic Forum (2017). *Global Shapers Survey*. Consultado em 10 de novembro de 2018. Disponível em <http://shaperssurvey.org/>

WHO - World Health Organization (2015). *Implementing the European Regional Framework for Action to protect health from climate*. Consultado em 10 de novembro de 2018. Disponível em http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0006/276117/Implementing-Euro-Framework-Action-protect-health-climate-change-en.pdf?ua=1